

Déficit público chegou a Cr\$ 10,8 tri em apenas 3 meses

BRASÍLIA — No primeiro trimestre o déficit público operacional (que exclui a correção monetária da dívida pública) chegou a Cr\$ 10,8 trilhões, apenas Cr\$ 600 bilhões a menos do que a meta prometida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo o semestre e quase o dobro do que deveria ter ocorrido no período. A queda na arrecadação e o preço que o governo pagou pelas altas taxas de juros no trimestre foram as causas desse rombo que impedirá o Brasil de receber agora a segunda parcela do empréstimo do FMI.

Apesar do estouro, o secretário de Planejamento, Pedro Parente, promete que as finanças públicas serão recuperadas no segundo trimestre e o déficit ficará dentro do limite de Cr\$ 11,4 trilhões no semestre, como prometido na carta de intenções.

— As taxas de juros serão menores no segundo trimestre, o ingresso de receita será maior e continuaremos a conter despesas — disse Parente.

A queda de Cr\$ 3 trilhões na arrecadação anulou o corte de despesas feito no período e inviabilizou a realização do superávit primário (que exclui as

Metas prometidas ao FMI

METAS	PROMETIDO (em Cr\$)	EXECUTADO (em Cr\$)
1 - Déficit primário	59 trilhões	63 trilhões
2 - Déficit operacional	5,6 trilhões	10,8 trilhões
3 - Superávit primário *	6,5 trilhões	4 trilhões
3.a - União	3,8 trilhões	1 trilhão
3.b - Estados e municípios	1,1 trilhão	400 bilhões
3.c - Estatais	1,6 trilhão	3 trilhões
4 - Redução do CIL	10,4 trilhões	21 trilhões
5 - Desembolso Externo Líquido (em US\$)	9,647 bilhões	8,6 bilhões
6 - Reservas internacionais meta cumprida mas não divulgada		

* O resultado primário não faz parte das metas colocadas na carta, mas o déficit operacional depende do seu comportamento

FONTE: Ministério da Economia

despesas com a dívida) necessário. O governo tinha programado gastos de Cr\$ 5,3 trilhões com outros custeios de capital (investimentos e despesas com manutenção) e dispendeu apenas Cr\$ 3,1 trilhões. Para segurar o déficit operacional dentro dos Cr\$ 5,6 trilhões prometidos, o superávit primário de todo o setor público teria que fechar em Cr\$ 6,5 trilhões, mas ficou em apenas

Cr\$ 4 trilhões, devido à queda de arrecadação.

Em consequência dessa redução de receita, que impediu o ajuste fiscal, a política de combate à inflação teve que ser concentrada na prática de altas taxas de juros. A adoção dessa alternativa elevou os custos de rolagem da dívida interna, pois o governo é quem paga essas taxas ao mercado, e agravou o

quadro fiscal, gerando um déficit operacional de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Além dos juros altos, o estoque da dívida interna também cresceu pelo elevado ingresso de dólares no período. Esses recursos têm de ser transformados em cruzeiros que, por sua vez, devem ser retirados do mercado com a colocação de títulos públicos, para evitar um excesso de dinheiro em circulação na economia. Segundo Pedro Parente, o governo já adotou medidas para reduzir essa entrada de capital, que deverá ser menor no segundo trimestre.

A segunda meta acertada com o FMI, que também não foi cumprida, é a do déficit nominal (que inclui todas as despesas e receitas com correção monetária). Os dados ainda são preliminares, mas o governo estima que esse déficit ficou em Cr\$ 63 trilhões, apenas Cr\$ 4 trilhões acima do prometido. As demais metas, crescimento de reservas internacionais, desembolso externo líquido (diferença entre o que o país pagou e recebeu para financiamento da dívida externa) e crédito interno líquido (papel moeda em poder do público menos as reservas) foram todas cumpridas.